

A democracia brasileira está em risco. O discurso de ódio que impera em Brasília endossa ações desprezíveis por todo o país. Para que um dos capítulos mais assustadores da história do Brasil não se repita, é preciso questionar a atual política e preservar a memória do período da ditadura militar imposta por um golpe em março de 1964. A inserção de um edifício monumental que abriga o museu da democracia em uma área ligada à resistência democrática em Porto Alegre tem o potencial de ressignificar uma narrativa perversa para que ela nunca mais aconteça.



museu da democracia

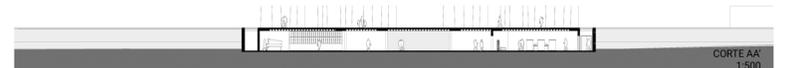
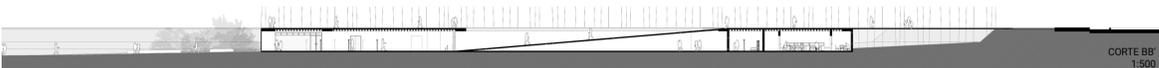
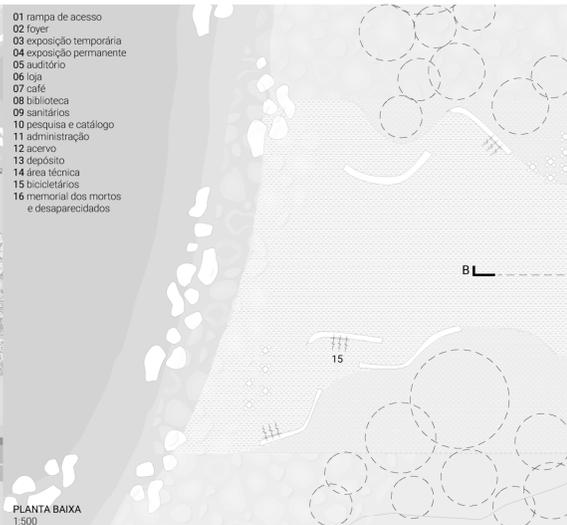
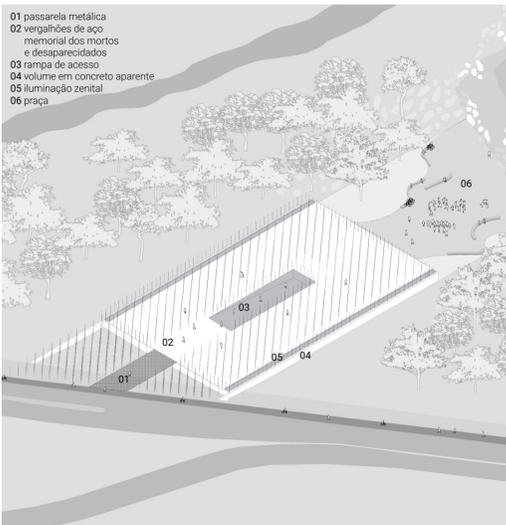
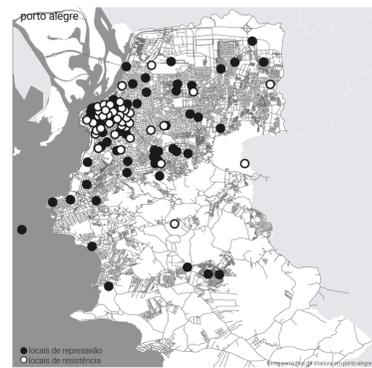
Falta de liberdade, uso de tortura contra opositores políticos, terrorismo de Estado: algumas das características do período que marcou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, responsável por apurar as violações de direitos humanos cometidas na época, o país abrigou cerca de 230 locais de violação de norte a sul. Os estados com os maiores números são Minas Gerais, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e, em primeiro lugar, Rio Grande do Sul.

O mapa abaixo elucida o posicionamento das unidades militares/policiais e centros clandestinos que se espalharam por praticamente todas as regiões do estado, em 16 cidades, tornando-o a maior estrutura repressiva do país. Até um navio-carcere, o CANOPUS, foi ancorado no porto de Rio Grande logo no início do período. Nem todos os locais eram, necessariamente, centros de tortura, podendo servir de abrigo para interrogatórios preliminares. Em intensidade de violência, nenhum local superou o Departamento de Ordem Política e Social - o DOPS, no Palácio da Polícia de

Porto Alegre. Apesar de possuir diversos centros de tortura regulamentados e clandestinos, a capital rio-grandense também foi palco de resistência. O mapa aponta que ambos os cenários aglomeraram-se na região central da cidade, em bairros como Bom Fim, Centro Histórico e Farrroupilha - onde houve grande engajamento da ala estudantil. Um mapa digital, elaborado por alunos de história de UFRGS, aponta com precisão os espaços relacionados à resistência e à repressão, ajudando a preservar a memória e possibilitar a criação de um percurso emblemático, capaz de sensibilizar

tanto os moradores da cidade, quanto visitantes. A partir de tais constatações e levando-se em conta um dos principais pontos turísticos de Porto Alegre, a Orla do Guaíba, deu-se um olhar mais minucioso à uma área adjacente à dos principais locais que marcaram o contexto do regime militar na cidade. Trata-se do bairro Praia de Belas, que engloba espaços de manifestação democrática e, inclusive, um monumento dos mortos e desaparecidos. O bairro também conta com alguns dos principais espaços de lazer da cidade e abriga edifícios institucionais do estado e do município. A escolha

do local de implantação do MUSEU DA DEMOCRACIA está diretamente ligada ao posicionamento destes espaços de memória. A ideia é que além do museu, seja criado o "caminho da memória" conectando locais de memória já existentes na cidade, com início no Teatro do IPE, passando pela Escola Superior de Magistratura, Memorial das Pessoas Imprescindíveis, Monumento aos Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar, Memorial Luis Carlos Prestes e, por fim, o Museu da Democracia, inserido às margens do rio Guaíba - um dos principais cartões postais de Porto Alegre.



O projeto desenvolvido para o Museu da Democracia tem o objetivo de causar um impacto em quem o observa. Isso se dá através de uma intensa concentração de vergalhões de aço com 3m de altura na cobertura do edifício, provocando uma barreira visual em direção ao horizonte e remetendo, de maneira concreta, à dificuldade que existe em se vislumbrar o futuro sem entender o passado. A posição do volume, que se encontra em um desnível entre a calçada e o terreno, é fundamental

para esta compreensão no nível do observador, já que de longe não se enxerga o volume maciço que abriga o museu. Tal espaço se destina ao Memorial dos Mortos e Desaparecidos, que faz parte do programa do edifício. Os vergalhões representam as vítimas do regime antidemocrático - sejam elas conhecidas ou não, exibindo a brutalidade com a qual foram tratadas. Mesmo antes de entrar no edifício, o visitante é exposto à essa cena que gera desconforto, trazendo o primeiro

momento de reflexão. Sob essa camada, está o prisma retangular representando uma caixa que guarda fatos perturbadores: embora hermética externamente, carrega segredos e os revela ao público. O sistema construtivo é bastante simples: consiste em uma laje nervurada sobre paredes portantes de concreto armado, remetendo à frieza dos anos de chumbo. A ligação da edificação com o entorno se faz com a colocação de uma passarela metálica que dá acesso direto ao memorial. A caixa torna-se

penetrável através de uma imponente rampa que conduz o percurso em que se encontra a verdade acerca do período da ditadura. Logo à sua frente, o usuário já tem a possibilidade de observar as exposições temporárias, a fim de adquirir familiaridade com as informações e mídias que serão exibidas na exposição permanente - organizada pela Comissão Nacional da Verdade e Memorial da Democracia. Além das exposições, o museu abriga um auditório com mais de 100 lugares, biblioteca,

café e loja. Toda essa parcela do programa tem livre acesso, diferentemente da área técnica, que compreende acervo, depósito, administração e um centro de pesquisa. A circulação remota se dá pelas laterais da edificação até chegar à área administrativa. O espaço aberto, que fica entre o edifício e o rio, não se trata apenas de um estar. A praça tem por fim propiciar a reunião de pessoas e servir como palco de atividades, como um lembrete de que a luta pela democracia ainda é uma luta atual e diária.

